

Amato acha plano de emergência superado

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, afirmou ontem que não há mais motivo para se discutir um plano de emergência como contribuição do Estado de São Paulo, depois que o governo federal baixou um pacote de medidas econômicas. O plano vinha sendo discutido por lideranças de todos os setores empresariais e sindicais e representantes do governo estadual. A declaração de Amato é resultado da insatisfação dos empresários da Fiesp com o rumo das negociações e com o caráter político desse plano, que, no entender deles, traria benefício político para o governador Orestes Quércia.

Segundo um empresário da Fiesp, a elaboração do plano de emergência começou a minar depois das declarações do ministro da Fazenda, Mallson da Nóbrega, em São Paulo, de que o empresariado não precisa de intermediários para conversar com o governo federal.

Mas pelo menos para influir na

Constituinte o empresariado paulista ganhou ontem um aliado. Em discurso para representantes de sindicatos patronais reunidos na Fiesp, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, defendeu ampla reformulação no texto da Constituição no segundo turno de votação, principalmente na parte relativa a direitos dos trabalhadores. Newton pretende liderar um movimento de governadores para adaptar a nova Constituição "ao que pensa o empresariado".

Da Fiesp, Newton Cardoso foi ao Palácio dos Bandeirantes, para conversar por uma hora com o governador Orestes Quércia. Ambos defenderam a unidade do PMDB, ainda que o governador mineiro se dissesse "aliviado" com a saída de peemedebistas do partido em seu Estado.

Unidade do PMDB e combate à inflação foram temas da conversa de Quércia com os governadores Henrique Santillo (Goiás) e Geraldo Mello (Rio Grande do Norte), ontem, no Bandeirantes.



Epitácio Pessoa

Amato recebe Newton Cardoso na Fiesp

Jornalista recebe solidariedade

O deputado Paulo Osório e o vereador Naylor de Oliveira, ambos do PDS, deram, na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal, solidariedade ao repórter Anselmo de Souza, do Estado, que na segunda-feira foi insultado pelo governador do Estado, Orestes Quércia.

O deputado, em discurso da tribuna, lamentou ontem que "a imprensa, com seu papel fundamental na construção de uma democracia como a nossa, seja agredida". Dizendo conhecer a competência e seriedade do repórter, o deputado afirmou que o governador perdeu completamente o controle.

Na terça-feira, o vereador Naylor de Oliveira propôs uma manifestação de repúdio à atitude do governador, considerando que o repórter, ao fazer as perguntas, "se referia a fatos bem conhecidos e de domínio público". Acrescentou que "a imprensa, numa sociedade democrática, deve receber maior respeito".

Empresários pedem mais liberdade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães recebeu ontem dos representantes do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial de São Paulo manifesto defendendo a diminuição da interferência do Estado na iniciativa privada na próxima Constituição. O presidente da Constituinte prometeu analisar as sugestões e discutí-las com as lideranças partidárias.

A proposta dos cerca de 200 jovens empresários fundou-se no trabalho elaborado pelos tributaristas Ives Gandra da Silva Martins e Hamilton Dias de Souza sobre ordem econômica e social e sistema tributário, também entregue aos deputados Ulysses Guimarães. Eles pretendem que o trabalho seja apresentado em plenário, apreciado e incorporado à nova Constituição. Os jovens empresários entregaram-no também aos líderes partidários no Senado e na Câmara, a quem pediram apoio.

Segundo o documento, o projeto de Constituição possui vários itens considerados inaplicáveis à realidade nacional, pois aumentam demasiadamente a intervenção do Estado do domínio econômico, desestimulam investimentos e elevam substancialmente a carga tributária global, "levando, num processo contínuo, ao esgotamento das reservas financeiras das empresas e comprometendo a já quase esgotada capacidade contributiva dos cidadãos".

Os jovens empresários propõem a incorporação ao projeto constitucional de sugestões que vão ao encontro dos "reais interesses dos brasileiros, pois diminuem consideravelmente a asfixiante participação estatal no âmbito da iniciativa privada, além de promover sensível contenção da carga tributária". Na opinião deles, as propostas objetivam estimular os investimentos pela livre iniciativa, promovendo o direcionamento dos poderes públicos para o cumprimento de seus objeti-

vos básicos: educação, segurança e saúde, atualmente relegados.

PESSIMISMO

"Já é tarde para resgatar o PMDB mediante a aprovação de uma proposta com medidas econômicas, políticas e sociais para tentar salvar o País da grave crise." A opinião, manifestada ontem a Ulysses Guimarães, é do senador José Richa, um dos líderes do bloco independente do PMDB, signatário do manifesto de rompimento com o governo federal, e refere-se à proposta que seria apresentada ao presidente da República. O senador paranaense conversou durante mais de uma hora com o presidente do PMDB sobre a proposta do partido de submeter à convenção nacional projeto de um programa mínimo para combater a crise e explicitou-lhe o receio de que não mais haja condições político-institucionais para eleições presidenciais este ano, "quanto mais em novembro de 89" e insistiu na afirmação de que o quadro sócio-econômico "é terrível".

ESTADO DE SÃO PAULO

15 ABR 1988